

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
André Antônio Camargo Lorenzoni
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Morais</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	Procurador de Justiça <i>Silvio Amaral Nogueira de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, das Pessoas

com Deficiência, das Pessoas Idosas e dos Direitos Humanos

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4699/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotora de Justiça Substituta, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4700/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Laura Alves Lagrota para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotora de Justiça Substituta, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4701/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Vitoria de Fatima Herechuk para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotora de Justiça Substituta, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4702/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Felipe Blos Orsi para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Substituto, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4703/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Gabriela Rabelo Vasconcelos para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotora de Justiça Substituta, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4704/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Guilermo Timm Rocha para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Substituto, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4705/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Substituto, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4706/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear João Augusto Arfeli Panucci para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Substituto, símbolo MP-21, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 45 da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4698/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar pública a desistência da candidata Renata Teixeira de Andrade, aprovada para o cargo de Promotora de Justiça Substituta, no XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme homologação publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.177, de 1º.8.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4641/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 3 e 4.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4642/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 9.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4643/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 10.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4379/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 18 (dezoito) dias de folga compensatória, sendo 12 (doze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 6 (seis) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 9 a 26.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008922-1).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4644/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 11.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4645/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 17.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4378/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 20 (vinte) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 2.9 a 1º.10.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008911-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4646/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 24 e 25.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4647/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 26.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4377/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 20 (vinte) dias de folga compensatória, sendo 19 (dezenove) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 1 (um) dia referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 2 a 21.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008853-3).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4396/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 5.8 a 3.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008656-8).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4655/2024-PGJ, DE 9.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Auditoria Militar da comarca de Campo Grande em 18 e 19.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4658/2024-PGJ, DE 9.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Auditoria Militar da comarca de Campo Grande em 5.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4657/2024-PGJ, DE 9.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as audiências da 2ª Vara de Execução Penal da comarca de Campo Grande, conforme segue:

MEMBRO	DATA
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	4.9.2024
Alexandre Rosa Luz	11.9.2024

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4395/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 12 a 31.8.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008649-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4625/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar as Promotoras de Justiça Paula da Silva Volpe e Clarissa Carlotto Torres, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados, Suas Famílias, Crianças e Adolescentes do município de Campo Grande; e revogar a Portaria nº 1094/2024-PGJ, de 13.3.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4624/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Mato Grosso do Sul (COETRAE/MS), na qualidade de suplente; e revogar a Portaria nº 4567/2023-PGJ, de 24.8.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4394/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 5.8 a 3.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008648-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4661/2024-PGJ, DE 9.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Vara Única da comarca de Anaurilândia em 10.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4659/2024-PGJ, DE 9.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 5.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4640/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 6.9.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4291/2024-PGJ, DE 15.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 15.8 a 3.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008800-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4622/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nºs 0801122-52.2022.8.12.0028 e 0800779-22.2023.8.12.0028.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4623/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 06.2023.00000093-1.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4621/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0900723-69.2023.8.12.0101.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4376/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 20 (vinte) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 19.8 a 17.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008794-5).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4620/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça José Antonio Alencar para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0900905-55.2023.8.12.0101, em trâmite na 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Dourados.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4619/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nºs 01.2024.00004959-5 e 080053522.2020.8.12.0021.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4393/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 2.9 a 1º.10.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008615-7).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4639/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0802606-15.2024.8.12.0002.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4650/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 10 (dez) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 9 a 18.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008942-1).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 4392/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 15 a 29.8.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008611-3).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4649/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4455/2024-PGJ, de 27.8.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referentes a setembro de 2024 de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE 99312-5218)
9 (19h01min) a 16.9.2024 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza
16 (19h01min) a 23.9.2024 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE 99312-5218)
9 (19h01min) a 16.9.2024 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura
16 (19h01min) a 23.9.2024 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4391/2024-PGJ, DE 20.8.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4 a 28.11.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008604-6).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4390/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 27.8 a 25.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008590-3).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4626/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 13.9.2024, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4627/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 13.9.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Vitoria de Fatima Herechuk, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4637/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rejane Sena Pereira da Silva Stefani, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas revisões de matérias jornalísticas, notas e *posts* para mídias sociais da Assessoria de Comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4638/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4605/2024-PGJ, de 4.9.2024, que designou a servidora Nayara Lino Ruas, do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que, onde consta: “de 30.8 a 29.10.2024”, passe a constar: “de 30.8 a 29.9.2024”.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4663/2024-PGJ, DE 10.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Aline Batista Gomes para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na Escola Superior do Ministério Público, ESMP, decorrente de licença-maternidade da servidora Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4648/2024-PGJ, DE 6.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 4370/2024-PGJ, de 20.8.2024, que designou servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Processante visando à condução de Processos Administrativos de Apuração e Possível Sancionamento, PAAPS, no âmbito do MPMS, a servidora Simeia Fernanda da Silva Taveira, Chefe do Departamento de Tomadas de Contas.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4708/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Remover, por motivo de saúde, o servidor Enrique Gonçalves de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para a comarca de Campo Grande, nos termos do artigo 9º, inciso V, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, e dos artigos 1º, inciso V, e 17 Resolução nº 23/2012-PGJ, de 19.6.2012.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 4709/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alex Hernandez Barboza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados e comparecimento presencial 1 (uma) semana por mês, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4712/2024-PGJ, DE 11.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário:

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
DESIGNAÇÃO: DIVISÃO DE APOIO DA SECRETARIA-GERAL	
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE
Enrique Gonçalves de Souza	Técnico I/Administrativo

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº e-1174/2024/PGJ, DE 11.9.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 5 e 6.9.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00002814-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA**, representada por **Márcia Caetano da Silva**.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 21/2022, vinculada ao Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 11/2022 da Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, b, e §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 133.012,52 (cento e trinta e três mil doze reais cinquenta e dois centavos), ao valor inicial contratado.

Valor total: R\$ 787.702,23 (setecentos e oitenta e sete mil setecentos e dois reais e vinte e três centavos).

Vigência: 12.09.2024 até 06.11.2026.

Data de assinatura: 12 de setembro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE**

Nº MP 08.2023.00118406-0

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Brunna Tatianne Cardoso Silva quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0917511-70.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Célio Alves Escobar e vítima Brunna Tatianne Cardoso Silva, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público, com fulcro no art. 18 do CPP, requer o arquivamento dos presentes autos, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 03 de setembro de 2024.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2024.00138692-2****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Victor Hugo Pedro Castro, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0006892-72.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Paulo David Pawlowsky e como vítima Everton Pedro Castro, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 12 de setembro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

Nº MP 08.2024.00105286-3**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Cleusa Ferreira de Souza Brito, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0005242-87.2024.8.12.0001, em que constam como investigados Flávio Andrade da Silva e William Moreno Santana Gonçalves, e como vítima Wesley Ferreira de Souza Brito, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 12 de setembro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0920607-59.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) C.E.C. e vítima(s) G.A.P.P., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 12 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924052-85.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.V.A. e vítima(s) B.J.C.S., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 12 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925342-38.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) U.S. e vítima(s) J.F.C.L., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da atipicidade da conduta, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 12 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925420-32.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) W.S.B. e vítima(s) F.M.M., conforme se transcreve: “Portanto, em razão da atipicidade da conduta, bem como da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 12 de setembro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0926090-70.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) F.B.S.² e vítima(s) E.O.B.S., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0926117-53.2024.8.12.0001, em que constam como autores/vítimas E.F.H., I.A.C.B e B.C.B., conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0926127-97.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.P.S. e vítima(s) E.A.M., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande-MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0926493-39.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) O.P. e vítima(s) V.V.L., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923835-42.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) B.E.N.G.2 e vítima(s) L.M., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande-MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0021222-45.2022.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) P.V.S.2 e vítima(s) L.D.B., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0926994-90.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) D.S.S.2 e vítima(s) D.J.M., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0927103-07.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) G.R.2 e vítima(s) E.S.R., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0034845-79.2022.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.A.L.L.2 e vítima(s) E.P.A., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925625-61.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.J.R.S.2 e vítima(s) M.S.K., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0927545-70.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.C.M.S.2 e vítima(s) M.G.S., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito em relação ao delito de lesão corporal, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 10 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 48ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919277-61.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) S.A.P.S.2 e vítima(s) M.B.P.S., conforme se transcreve: “Desta feita, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia pelos motivos acima expostos, o Ministério Público Estadual decide pelo arquivamento do presente feito, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande - MS, 9 de setembro de 2024.

ALEXANDRE PINTO CAPIBERIBE SALDANHA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001061-34.2024.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Ramão Júnior de Souza Duarte, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios da ocorrência de crime (falta de justa causa da existência crime – morte decorrente por culpa da vítima), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 12 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001059-64.2024.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Rosenildo Montania, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios de autoria (falta de justa causa para a promoção da ação penal), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 12 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001166-11.2024.8.12.0004, em que consta como vítima (s) André Romeiro, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios da ocorrência de crime (falta de justa causa da existência do crime - morte decorrente de causa indeterminada), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 12 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001167-93.2024.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Derve da Silva Lopes, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito Policial, em virtude do desconhecimento da autoria do crime, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 12 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**BELA VISTA****EDITAL Nº 0076/2024/PJ/BVT****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0801139-66.2022.8.12.0003 (n. MP 08.2022.00211051-4), em que constam como investigado Luiz Daniel Figueredo Massacote, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 02 de setembro de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça em substituição legal.

EDITAL Nº 0075/2024/PJ/BVT**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900036-32.2022.8.12.0003 (n. MP 08.2023.00002658-7), em que constam como investigados Gilmar Ribeiro Pereira e Ana Lúcia da Silva e as vítimas A. P. da S. M. e P. da S. M., conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 02 de setembro de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça em substituição legal.

EDITAL Nº 0077/2024/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322 ou (67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2024.00000766-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Bela Vista, Construtec Arquitetura e Pré-Fabricados LTDA

Assunto: "Apurar eventual irregularidade no Contrato nº 88/2022, firmado entre o Município de Bela Vista e a empresa Construtec Arquitetura e Prefabricados Eireli EPP".

Bela Vista/MS, 06/09/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



CAARAPÓ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, comunica à investigada Glaucia de Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000894-77.2017.8.12.0031, em que consta como investigada Glaucia de Oliveira, conforme se transcreve: “o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL promove o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, tendo em vista que a apresentação de documento com falsificação grosseira a agente público é conduta atípica”.

Caarapó-MS, 11 de setembro de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

CAMAPUÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900193-25.2024.8.12.0006, em que consta como investigada Vanessa Alves de Aquino e vítima Jaime Carlos de Oliveira Filho, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 11 de setembro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900070-27.2024.8.12.0006, em que consta como investigado Aparecido Adriano da Rocha Oliveira e vítima Valdete Ferreira Rodrigues, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 11 de setembro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

⁷ § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



CORUMBÁ

EDITAL 0021/2024/05PJ/CBA**AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000870-5**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2024.00000870-5, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Bruno Emanuel Fonseca da Cruz

Requerido: Luciano Cavalcante Jara

Assunto: Apurar eventual percepção indevida de vantagens e adicionais remuneratórios por Luciano Cavalcante Jara quando da exoneração do cargo de Secretário Municipal de Ladário.

Corumbá/MS, 11 de setembro de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COXIM

RECOMENDAÇÃO 0002/2024/01PJ/CXM

Inquérito Civil 06.2024.00000881-6

Órgão de execução 1ª Promotoria de Justiça de Coxim

Recomendação 0002/2024/01PJ/CXM

Requerente Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Coxim

Requerido Município de Coxim

Objeto Apurar as irregularidades e os prejuízos causados aos cofres públicos decorrentes da ausência do pagamento por parte do Município de Coxim (MS) das contribuições previdenciárias patronais dos meses de abril, maio junho e julho de 2024, bem como da contribuição dos servidores referente ao mês de julho de 2024, devidas ao IMPC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 129, incisos II e III da Constituição da República, c/c artigos 27, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) 29, inciso IV da Lei Complementar 72/94 do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o art. 40 da Constituição Federal preconiza que o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º, inciso III, da Lei 9.717/1998 (Dispõe sobre as regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social), as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente podem ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, da Lei sobredita, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais;

CONSIDERANDO que o art. 10, inciso X, da Lei nº 8.429/1992, prevê que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que configura o crime de apropriação indébita previdenciária deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, conforme prevê



o art. 168-A do Código Penal, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa;

CONSIDERANDO que o desvio ou a aplicação indevida de rendas ou verbas públicas é crime de responsabilidade dos Prefeitos, nos termos do art. 1º, III do Decreto-Lei 201/67;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Coxim, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal o atraso superior a 120 (cento e vinte) dias do pagamento ao Sistema de Previdência Municipal das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei Complementar 087/2008 estabelece que o Prefeito Municipal e o Secretário de Gestão serão responsabilizados, na forma da lei, pela prática de crime de apropriação indébita, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiro não ocorram nas datas e condições estabelecidas na referida Lei Complementar;

CONSIDERANDO que é dever do município efetuar o recolhimento e o repasse das contribuições previdenciárias ao instituto de previdência e não há discricionariedade para utilização de tais recursos para outras finalidades;

CONSIDERANDO que o não pagamento das contribuições previdenciárias devidas mensalmente ao instituto de previdência importa na incidência de multas, juros e correção monetária em virtude dos vultosos valores devidos, implicando em danos ao erário;

CONSIDERANDO que a ausência de repasse das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Coxim (IMPC), atrasos e parcelamentos implicam em: a) desequilíbrio financeiro e atuarial do IMPC, causando prejuízo aos investimentos do instituto de previdência; b) comprometimento da saúde financeira do instituto; c) dano ao erário, já que a alíquota da contribuição patronal tende a aumentar, considerando a necessidade de compensar a elevação do risco;

CONSIDERANDO que, no exercício de 2022, o Município de Coxim promoveu o parcelamento de 17 (dezesete) termos de acordo de parcelamento de débitos previdenciários vigentes (ACORDO CADPREV Nº 00883/2022);

CONSIDERANDO que o Município de Coxim celebrou termo de acordo de parcelamento de confissão de débitos previdenciários, tendo por objeto valores de Contribuição Patronal não repassados ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coxim (IMPC) no período de 05/2023 a 08/2023 (ACORDO CADPREV Nº 00309/2023);

CONSIDERANDO que, não obstante os parcelamentos realizados, o Município de Coxim deixou de efetuar tempestivamente o pagamento das contribuições previdenciárias patronais devidas a partir de novembro de 2023, incorrendo em sucessivos atrasos (Ofícios nº 091/DIR.FINANC.IMPC/2024, 093/DIR.FINANC.IMPC/2024, 106/DIR.FINANC.IMPC/2024, 114/DIR.FINANC.IMPC/2024);

CONSIDERANDO que, em reunião realizada em 04 de julho de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, o Município de Coxim se comprometeu a apresentar no prazo de sessenta dias plano de ação para a quitação dos débitos, mas deixou transcorrer o referido prazo *in albis*, não tendo comprovado a adoção de quaisquer medidas visando o pagamento da dívida;

CONSIDERANDO que, em 04 de setembro de 2024, o IMPC comunicou o inadimplemento das contribuições previdenciárias patronais dos meses de abril, maio, junho e julho de 2024, bem como das contribuições dos servidores referente ao mês de julho de 2024, que foram descontadas dos salários e não foram repassadas à autarquia (Ofício nº 125/DIR.FINANC.IMPC/2024);

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil, instaurado em 11 de setembro de 2024, tem por objeto "Apurar as irregularidades e os prejuízos causados aos cofres públicos decorrentes da ausência do pagamento por parte do Município de Coxim (MS) das contribuições previdenciárias patronais dos meses de abril, maio junho e julho de 2024, bem como da contribuição dos servidores referente ao mês de julho de 2024, devidas ao IMPC", conforme portaria;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 75/93 estabeleceu, em seu art. 6º, XX, que cabe ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição extensível ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei n.º 8.625/934 (Resolução 164/2017-CNMP);

CONSIDERANDO que a recomendação "constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público" (ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49), viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa

CONSIDERANDO que o órgão do Ministério Público poderá requisitar, resposta por escrito sobre o atendimento ou não da recomendação;



Resolve **RECOMENDAR** ao Prefeito Municipal de Coxim e à Secretária de Gestão do Município, para os efeitos legais, que:

I) promovam, mensalmente, o repasse regular das contribuições patronais e das contribuições devidas pelos segurados ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coxim (IMPC), para que tais valores não sejam utilizados como ferramenta de gestão ou empréstimo por vias transversas;

II) regularizem o pagamento dos repasses previdenciários informados nos Ofícios nº 091/DIR.FINANC.IMPC/2024, 093/DIR.FINANC.IMPC/2024, 106/DIR.FINANC.IMPC/2024, 114/DIR.FINANC.IMPC/2024 e 125/DIR.FINANC.IMPC/2024;

III) abstenham-se de efetuar sucessivos parcelamentos de valores devidos ao Regime Próprio de Previdência Social, observando que tais recursos não devem ser utilizados para outras finalidades.

Ademais, o Ministério Público requisita ao(s) destinatário(s) desta recomendação que, no prazo de 10 dias úteis:

A) divulgue a presente Recomendação, no portal da instituição e no Diário Oficial;

B) informe a respeito do cumprimento da Recomendação.

Sendo assim, determino ao apoio desta 1ª Promotoria de Justiça de Coxim:

1. Expeça-se ofício aos destinatários da recomendação, encaminhando-a.
2. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal e para todos os vereadores, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo.
3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Coxim, à Diretoria Financeira e à Presidência do Conselho Curador do IMPC, para conhecimento.
4. Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional respectivo, nos termos do art. 52 da Resolução 15/2007-PGJ (Inquérito Civil).
5. A publicação da recomendação no DOMP.
5. Realizem-se as movimentações e lançamentos necessários no sistema.
6. Venham os autos conclusos no término do prazo da resposta, hipótese na qual deverá ser certificado o recebimento do ofício e seu não atendimento. Aportando resposta nesta Promotoria de Justiça, junte-se aos autos e faça conclusão.

Coxim, 11 de setembro de 2024.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ5, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial referente aos Autos n. 0900444-28.2024.8.12.0011 (SAJ/MP nº 08.2024.00105128-6), em que constam como investigado DANIEL GOMES DA SILVA e vítima C. M. S, conforme se transcreve: “Ante o exposto, diante da ausência de indícios da ocorrência de crime, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.”.

Coxim/MS, 12 de setembro de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

**DOURADOS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 1156/2022 (Autos n.º 0900075-95.2023.8.12.0002), em que consta como investigado “JAIR” e vítima F. G. dos S., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a falta de justa causa para a propositura da respectiva ação penal, podendo ser reaberto em virtude da produção de novas provas, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal.”*

Dourados/MS, 11 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 895/2022 (Autos n.º 0007843-34.2022.8.12.0002), em que consta como investigado Lenivaldo de Oliveira e vítima M. da S. P., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a falta de elementos mínimos para a propositura da ação penal, nos termos do artigo 28, Código de Processo Penal, podendo ser reaberto, em virtude da produção de novas provas, consoante o disposto no artigo 18, do mesmo Códex.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 426/2023 (Autos n.º 0900313-11.2023.8.12.0101), em que consta como investigada Josiane Saucedo e vítima P. G. G. dos S., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a atipicidade material da conduta de Josiane Saucedo, por não constituir o fato infração penal.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 1172/2022 (Autos n.º 0900093-19.2023.8.12.0002), em que consta como investigado José Carlos da Silva Junior e vítima P. R. G. da S., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a falta de justa causa para a propositura da ação penal, podendo ser reaberto em virtude da produção de novas provas, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 139/2021 (Autos n.º 0003176-05.2022.8.12.0002), em que consta como investigado Márcio Silva Samoel e vítima M. de N. do R., conforme se transcreve: *“Portanto, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a falta de justa causa para a propositura de ação penal.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 1757/2023 (Autos n.º 0900243-63.2024.8.12.0002), em que consta como investigado Ricardo Dauria da Costa e vítima C. D. K., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do que foi exposto, o Ministério Público Estadual promove arquivamento dos autos ante a falta de justa causa para a propositura da respectiva ação penal, nos termos do artigo 28, Código de Processo Penal, podendo ser reaberto, em virtude da produção de novas provas, consoante o disposto no artigo 18, do mesmo Códex.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 13.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do dispositivo no art. 5.º, § 2.º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 766/2022 (Autos n.º 0006988-55.2022.8.12.0002/), em que consta como investigado Marlon Oliveira e vítima B. G. I., conforme se transcreve: *“Assim, sob a égide do exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento dos autos ante a falta de justa causa para a propositura da ação penal, podendo ser reaberto em virtude da produção de novas provas, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal.”*

Dourados/MS, 10 de setembro de 2024.

IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR
Promotor de Justiça



NAVIRAÍ

EDITAL Nº0004/2024/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000883-8/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ANDASA Empreendimentos LTDA

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado "Fazenda Tarumã – Área Remanescente", localizado no município de Naviraí, em razão da constatação de invasão antrópica em área de preservação permanente e área brejosa

Naviraí, 11 de setembro de 2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0016/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009586-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Alfredo Félix Pelusch- Abrigo "Seu Félix".

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0017/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009580-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Antônio João/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Antônio João/MS "Érika Franco Sanabria".

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0018/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009583-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Aral Moreira/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição Municipal de Acolhimento de Aral Moreira/MS - Casa Lar

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0019/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009588-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0020/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009590-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Unidade Educacional de Internação - UNEI Mitáí.

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0021/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009569-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Ponta Porã/MS

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0022/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00009740-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Antônio João/MS;

Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas no serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes de Antônio João, referente ao ano de 2024.

Ponta Porã/MS, 03 de setembro de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0028/2024/PJ/PTM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a retificação da instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2021.00000405-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vaca Branca Administração e Participações Ltda

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de 49,86 hectares em área consolidada e de Reserva Legal proposta de acordo com o Parecer n. 276/20/NUGEO, de 17,63 hectares em área consolidada, e de 22,66 hectares, todos de vegetação nativa, integrantes do bioma Mata Atlântica, ocorridos na Fazenda Santa Ana, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Pareceres n. 342/20/NUGEO e 23/23/NUGEO.

Porto Murtinho, 12 de setembro de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

SIDROLÂNDIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia da Comarca de Sidrolândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Representação Criminal/Notícia de Crime dos Autos SAJ TJ nº 0801993-60.2024.8.12.0045 e SAJMP nº 08.2024.00119446-1, em que consta como parte Elenice de Lurdes Silveira, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Sidrolândia/MS, 11 de setembro de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça